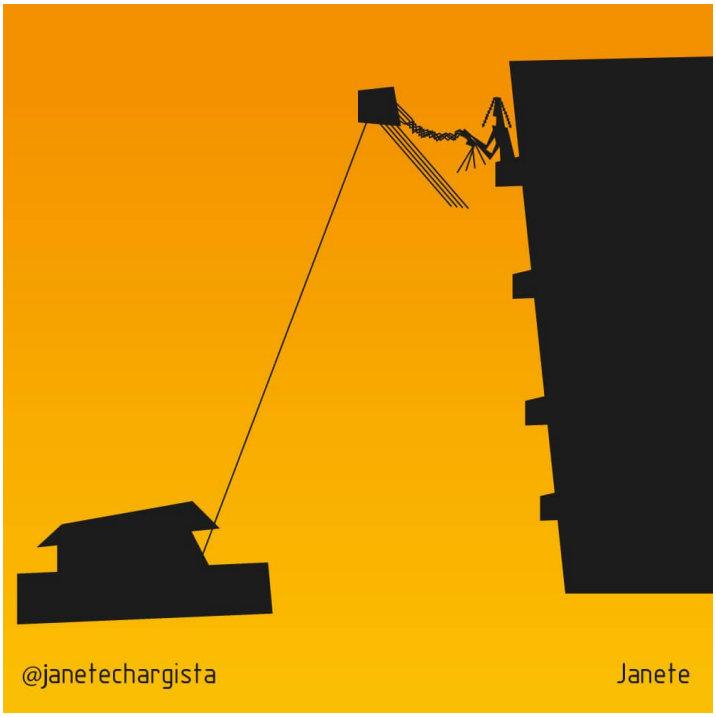


ANÁLISE DE CONJUNTURA

INSTITUTO CULTIVA | maio 2020

INSTITUTO CULTIVA
Cidadania e Participação Social

I. ANÁLISE DO CENÁRIO POLÍTICO

O CARRO DE JAGRENÁ

Jagrená é uma divindade condutora de uma carruagem desgovernada do hinduísmo, em que os devotos são expostos a serem atropelados, em cultos religiosos. Termo que podemos encontrar em hindi como *Jagannath* e no sânscrito *Jagannatha*, que significa "Senhor do mundo". De acordo com o Dicionário de deuses e demônios, de Manfred Lurker[1],

> Em algumas partes da Índia, especialmente em Puri, este é o nome habitualmente dado a Vishnu em sua manifestação como Krishna. Em sua honra é comemorada a festa de *rathayatra*, quando a imagem do deus é transportada em uma carruagem e diferenças entre castas são ignoradas.

Anthony Giddens, em seu livro As consequências da modernidade[2], utiliza a carruagem de Jagrená, ou carro, como uma metáfora sobre a modernidade, em que somos sujeitados às forças do destino e do acaso, quando perdemos o controle sobre as circunstâncias e passamos a ser vítimas de nossas próprias criações.

O CARRO DE JAGRENÁ E OS BOLSONARO

Eleito democraticamente por 57 milhões de pessoas, Bolsonaro mantém um governo que se apoia na profusão de fake news, no embate, na desarticulação, no improviso, na ausência de propostas, na ausência de projetos, na ausência de transparência, na militância que luta diariamente contra o "comunismo", nas posições "anti-establishment", no discurso direcionado para a sua base eleitoral, na negação de dados e pesquisas científicas, no enfraquecimento das instituições republicanas, no combate às esquerdas, nos ataques sistemáticos às minorias, no

[1] LURKER, Manfred. Dicionário de deuses e demônios. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
[2] GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

favorecimento aos bancos e ao capital financeiro, na defesa de um Estado mínimo, na defesa de privatizações, no ataque à ciência e às universidades públicas, no ataque à imprensa, no ataque à oposição, na alta rotatividade de ministros, na falta de diálogo com a sociedade, na perda de aliados políticos, no negacionismo e no revisionismo, em desacordo com políticas internacionais, entre outros.

Junto com seus filhos, Flávio Bolsonaro, Carlos Bolsonaro e Eduardo Bolsonaro, conhecidos como 01, 02 e 03, articula grande parte das estratégias do governo. O senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) se vê envolvido em suposto esquema de "rachadinhas". O vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), conhecido como "pitbull" da família Bolsonaro, é o "marqueteiro" e responsável pela articulação das redes sociais do pai. Pode ser visto com frequência em Brasília, apesar de ser vereador pelo Rio de Janeiro. O deputado federal Eduardo Bolsonaro (sem partido-SP) está sempre envolto em polêmicas e é a ponte entre Bolsonaro e figuras que atuam em terras estrangeiras, como Olavo de Carvalho e Steve Bannon.

O CARRO DE JAGRENÁ E OS MINISTROS

No governo Bolsonaro, temos 16 ministérios, 2 secretarias com status de ministério (ligadas à Presidência da República) e 4 órgãos com status de ministério (ligados à Presidência da República), totalizando 22 ministérios. Com a saída de Nelson Teich do ministério da saúde no dia 15 de maio, sobe para 9 o número de ministros que deixaram o governo. Vale lembrar que Teich ficou no cargo por apenas 28 dias e foi o segundo a deixar o ministério da saúde durante a pandemia do novo coronavírus. Seu antecessor, Luiz Henrique Mandetta, após assumir um certo protagonismo nesses primeiros meses do ano, passou por uma série de desgastes com Bolsonaro por causa de divergências entre eles sobre os rumos do combate à pandemia. Teich, por sua vez, se mostrou de início um títere nas mãos de Bolsonaro, mas isso não o impediu de pedir demissão do cargo por não concordar com o uso da cloroquina no tratamento ao coronavírus. Quem assume a pasta interinamente é o general de divisão do Exército Brasileiro

Eduardo Pazuello. Ele que é o décimo militar a ocupar um cargo ministerial, mesmo que interinamente. Somados a Bolsonaro e a seu vice Hamilton Mourão, somam 12 militares no primeiro escalão. Ainda com a saída de Teich, mais nove militares adentraram a pasta da saúde ao lado de Pazuello, anunciados no dia 19 de maio. Isso sem contar que na primeira semana de maio 4 militares foram convocados a constituir o ministério da saúde ainda com Teich.

O Brasil passa a ter mais militares nos ministérios do que na Venezuela, proporcionalmente. Vale ressaltar que na Venezuela são 34 ministérios e desses, 10 são militares. Ironicamente, é um dos países mais criticados pelo governo brasileiro. De início, se acreditava que a presença dos militares no poder seria uma forma de estabilizar os elementos internos, o que se mostrou ineficaz nesses 500 dias de governo, celebrados no dia 15. A ala civil do ministério tem parte de seus membros envolvidos em polêmicas constantes. De certa forma, eles se assemelham ao presidente no que tange às bravatas, trapalhadas, comentários grosseiros, visões de mundo restritas, revisionismo, negacionismo, conduta errática, ataque às ciências e às universidades, entre outros. Na manhã do dia 20 de maio, Regina Duarte deixa a Secretaria Especial de Cultura após 60 dias a frente do cargo. Vale ressaltar que essa Secretaria não possui status de ministério. Apesar disso, ela se encaixaria tranquilamente na ala dos ministros ideologizados, com baixa produção técnica, mas que adotam uma linguagem de confronto de valores, sempre à extrema-direita.

Em uma primeira análise, o que aparente é que temos várias alas ministeriais, destacando-se, neste momento, a ala militar e a dos ministros ideologizados. Ambos constituem aspectos de Bolsonaro e representam a sua visão de mundo. Os militares de um lado e a sua inépcia em articulação política e os ideologizados gerando o caos constantemente do outro. Apesar do caos aparente, não pode ser negado a originalidade do governo Bolsonaro e temos na composição desses ministérios figuras que conseguem se comportar como "caricaturas" do presidente, como se isso fosse possível e é. Um outro elemento que compõe o governo e que não pode ser esquecido é a presença dos filhos e principalmente,

de Carlos Bolsonaro, que já foi flagrado em reunião ministerial. Além da figura de Olavo de Carvalho, que de sua casa nos Estados Unidos, realiza desde o dia primeiro de janeiro de 2019, o trabalho remoto de aconselhamento e orientação intelectual ao governo. Antes da pandemia, era ele que já fazia home office. Esse senhor é inclusive responsável pela escolha de certos ministros e é em alguns momentos, ferrenho crítico dos militares que já o tiveram como aliado em momentos anteriores. O palco criado por Bolsonaro é o de uma estrutura tripartite que funciona de forma uníssona em alguns momentos, que são: o núcleo dos militares, o núcleo dos ideologizados e o núcleo dos Bolsonaro com Olavo. Esse terceiro núcleo é o sistema nervoso do governo. Mostrando a sua força quando algum "inimigo" de Bolsonaro aparece e prontamente, se articulam para "destruí-lo".

O CARRO DE JAGRENÁ E O IMPEACHMENT

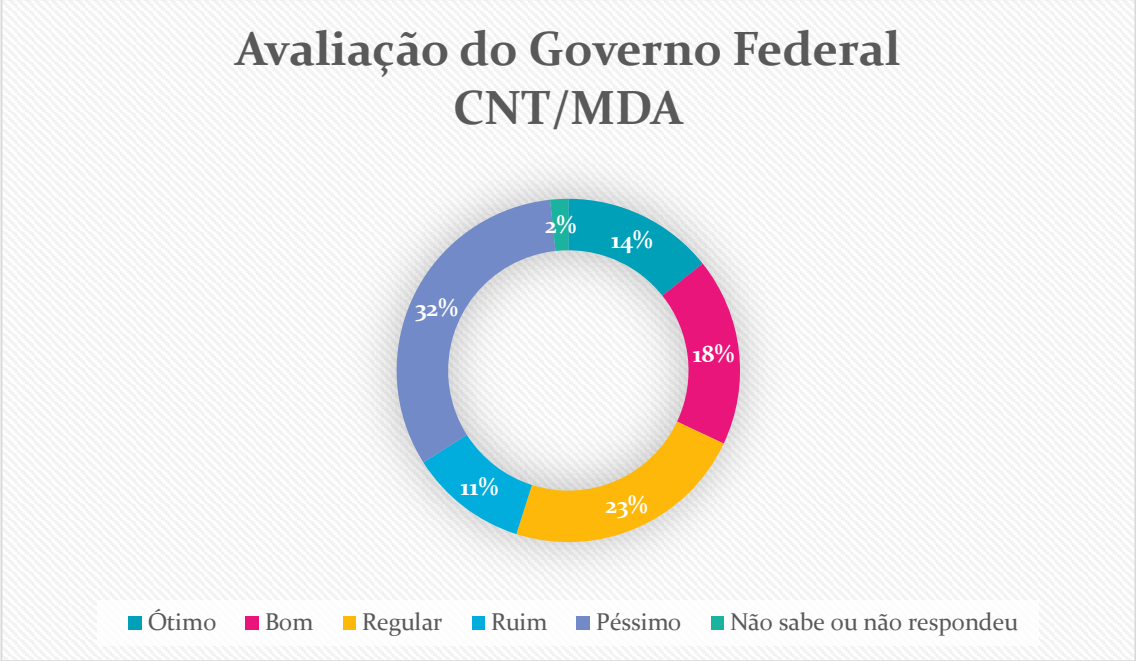
38 pedidos de impeachment contra Bolsonaro foram inscritos no Legislativo, sendo 4 desconsiderados. Com esse número, ele passa a se tornar o segundo presidente na história do Brasil com o maior número de pedidos de impeachment, ficando atrás apenas de Dilma Rousseff, que obteve 68, sendo 14 no primeiro mandato. Vale lembrar que 38 é o número escolhido por ele para o partido Aliança pelo Brasil que ainda não possui assinaturas suficientes para ser criado. Bolsonaro atinge uma marca histórica pois consegue isso em apenas 16 meses de governo, ou melhor, após 500 dias como amplamente divulgado no dia 15 de maio. Nesse mesmo dia, o ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, despachou um comunicado ao Palácio do Planalto, informando ao presidente Jair Messias Bolsonaro sobre "o processo de tramitação na Corte que envolve um pedido de impeachment apresentado contra ele".

Bolsonaro soma 10 casos de crime de responsabilidade fiscal e comete 15 agressões à Lei 1.079, do Impeachment. Enquanto para Dilma Rousseff, foi necessário apenas 1 crime de responsabilidade fiscal (as pedaladas). "Durante os 70 anos de vigência da Lei 1.079, é o presidente que mais incidiu em crimes dessa

natureza."[3] Para se antecipar a qualquer abertura de impeachment, Jair Bolsonaro começou ainda em março a se reunir com parlamentares do chamado Centrão. Muito se falou sobre essa tática de Bolsonaro para obter aliança com o Centrão e realizar troca de cargos, garantindo assim, a sua permanência na cadeira presidencial. Cerca de 200 parlamentares representam o Centrão e o apoio deles pode pender de fato na balança de Bolsonaro. No dia 20 de maio, Bolsonaro entrega ao PL, partido membro do Centrão, a diretoria do Fundo Nacional de Desenvolvimento em Educação (FNDE), com o orçamento de R$ 29,4 bilhões.

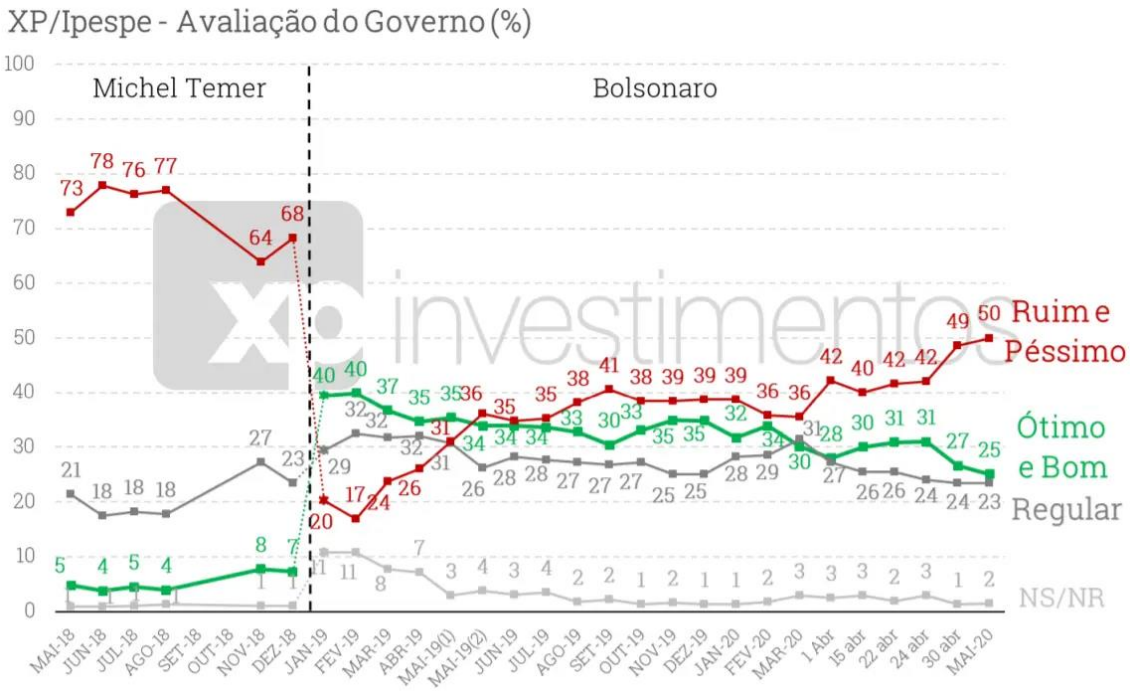
Em relação à sua aprovação, uma sequência de pesquisas indica queda. Pesquisa CNT/MDA realizada entre os dias 7 e 10 de maio, com 2.002 pessoas, por telefone, em 25 unidades da federação, com margem de erro é de 2,2 pontos percentuais e nível de confiança é de 95%.[4] A pesquisa apresentou a seguinte avaliação sobre o governo federal:

[3] https://noticias.uol.com.br/colunas/reinaldo-azevedo/2020/03/18/impeachment-vejam-os-10-crimes-de-bolsonaro-e-as-15-agressoes-a-lei-1079.htm
[4] https://www.metrojornal.com.br/coronavirus-covid-19/2020/05/19/brasil-e-o-pais-com-maior-numero-de-mortes-diarias-por-covid-19.html



Somados o número de Regular, Ruim e Péssimo, temos 66,3% para 32% de Ótimo e Bom.

Já a pesquisa XP Investimentos sugere um cenário ainda mais degradado:



A pesquisa XP/Ipespe ouviu 1.000 eleitores de todas as regiões do país, a partir de entrevistas telefônicas realizadas por operadores entre 16 e 18 de maio. A margem máxima de erro do levantamento é de 3,2 pontos percentuais para cima ou para baixo.

O movimento de deterioração é semelhante na área econômica, em que o grupo que avalia que a economia está no caminho errado saltou de 52% para 57%. Já os que veem a economia no caminho certo passaram de 32% para 28%.

O carro de Jagrená do impeachment continua desgovernado e Bolsonaro tenta controlar o andar dessa carruagem que pende para vários lados, mas que ainda não mostra a sua verdadeira face. Durante a trajetória governamental que se iniciou em primeiro de janeiro de 2019, várias peças do governo já abandonaram ou foram lançadas à própria sorte do carro de Jagrená. Muitos braços tentam agarrar o volante, mas ainda é Bolsonaro quem tem a "caneta", e por isso, mantém a direção, apesar do carro de Jagrená ser desgovernado. O ministro Braga Netto da Casa Civil é chamado de "operacional", mas está mais para copiloto. Uma das partes mais difíceis para o "capitão" é a de segurar a "caneta", manter as mãos no volante, olhar pelo retrovisor, falar ao telefone e não se distrair com as polêmicas envolvendo os seus filhos, que junto com ele, constituem a Trindade Hindu, como mencionado. O carro de Jagrená do governo corre descontrolado em meio ao carro de Jagrená da pandemia e derrapa no carro de Jagrená do impeachment. Os três estão em um momento crítico da corrida e a qualquer momento um pode vencer ou eles podem entrar em rota de colisão.

II. ANÁLISE DO CENÁRIO ECONÔMICO

CENÁRIO GERAL

O governo brasileiro em recente nota técnica publicada[5] neste mês de maio, aponta que suas medidas econômicas implementadas para aliviar os efeitos econômicos da pandemia de Covid-19 têm dois objetivos: a) salvar vidas; e b) preservar empregos e empresas. Em outras palavras a ideia básica da política econômica é manter a estrutura produtiva funcionando durante o período de crise, "evitando, assim, o seu colapso" o que tornaria a recuperação econômica mais lenta e incerta.

No tópico referente a retomada econômica o governo insiste em pensar medidas pró-mercado, apontando aí que a recuperação econômica. O governo vem preferindo criar campanhas ignorando os números de mortos e mostrando o "placar da vida":

[5] http://www.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/conjuntura-economica/estudos-economicos/2019/nota-uma-ana-lise-da-crise-gerada-pela-covid19.pdf/view

A queda no PIB já chega a 10% no radar[6]. A curva de contágio pelo coronavírus no país e suas implicações tornaram obsoleta a projeção do Fundo Monetário Internacional (FMI), de queda de 5,3% para o PIB brasileiro neste ano. Nota da agência de classificação JPMorgan projetou queda do PIB nacional em 2020 de 7%.

Buscar

Valor Econômico | Brasil

JPMorgan corta projeção do PIB brasileiro para -7% em 2020

Falha em conter pandemia de covid-19 vai aprofundar a recessão

Por Ana Conceição, Valor — São Paulo

10/05/2020 15h09 · Atualizado há uma semana

Mas não é só do PIB que se espera um recorde de queda. A taxa de desemprego pode chegar a 18,7% no país - ante os atuais 12,2% - ao final deste ano, na estimativa da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Seria a maior desde os anos 1980, quando começou a pesquisa, segundo a coordenadora do boletim macroeconômico do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre-FGV), Silvia Mattos. A JPMorgan projetou índice de desemprego para o final deste ano de 20%.

A crise do coronavírus já levou 1,5 milhão de brasileiros para o seguro-desemprego. Entre março e abril, houve alta de 31% nos pedidos na comparação com o mesmo período do ano passado, conforme dados do Ministério da

[6] https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/05/12/queda-do-pib-de-ate-10-neste-ano-ja-entra-no-radar.ghtml

Economia. Quem não perdeu o emprego teve salário e jornada reduzidos. Mais de 7 milhões de trabalhadores estão sob esse novo regime, e recebem, em média, 752 reais mensais.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, revelou que o trimestre encerrado em março registrou 12,2% de taxa de desocupação, ante 12,7% no mesmo período em 2019. Houve aumento na comparação com o trimestre imediatamente anterior - 1,2 milhão a mais de desocupados -, mas é preciso considerar um efeito sazonal do término das vagas temporárias de Natal.

A PNAD do primeiro trimestre é, contudo, um indicativo parcial da crise do coronavírus, já que as políticas de quarentena começaram efetivamente na segunda quinzena de março. A expectativa é que o período seguinte da pesquisa traga um quadro mais fidedigno do impacto da pandemia.

O volume de serviços em março, divulgado pelo IBGE, mostrou um recuo de 6,9% em comparação com fevereiro, já com ajuste sazonal. É a pior queda da série histórica, que começou em 2011. Na comparação com março de 2019, o volume de serviços recuou 2,7%, interrompendo uma sequência de seis taxas positivas.

O setor industrial também tem seus recordes para apresentar. Em uma pesquisa da FGV com 1006 empresas da indústria da transformação, 14,4% afirmaram ter paralisado a produção em abril, a maior proporção da série histórica, que começa em 2001. A produção de veículos, calçados e vestuário foram as que mais sofreram. Mesmo nas crises de 2008-2009 e 2014-2016, a média de empresas paralisadas não passou de 2%.

No entanto, durante a atual emergência sanitária, cerca de 370 mil empresas solicitaram o subsídio estatal, potencialmente colocando até 10 milhões de trabalhadores – um quarto da força de trabalho – no esquema de jornada

reduzida. Essa demanda sem precedentes por subsídios do governo e a queda recorde do PIB. Só de trabalhadores informais, foram 800 mil que perderam emprego.

É um alcance de instabilidade geral em 30 milhões da população economicamente ativa.
A Confederação Nacional da Indústria (CNI) informou que 76% das indústrias relataram que reduziram ou paralisaram a produção em razão da pandemia do novo coronavírus.
De acordo com a entidade, o levantamento foi realizado entre 1º e 14 de abril e ouviu 1.740 empresas. A pesquisa também informa outros dados, entre os quais:

- 70% relataram queda no faturamento;
- 59% relataram dificuldades para cumprir pagamentos correntes;
- 45% relataram inadimplência dos clientes
- 44% relataram que os clientes cancelaram as compras;
- 22% relataram piora no acesso ao crédito;
- 21% relataram falta de insumos.

Segundo a CNI, a soma dos percentuais não dá 100% porque as empresas podiam relatar mais de uma situação.

ALTERNATIVAS

A hipótese de emissão de moeda aventou lideranças econômicas da esquerda à direita. Essa medida antes temida pela ortodoxia neoliberal ganhou importância com a proposta do economista André Lara Resende ao afirmar:

> *Em meio a uma crise que ameaça se transformar em catástrofe econômica e social, é preciso compreender que especialmente nessa hora o Estado pode, e deve, investir de forma produtiva, o que não implica em setor público*

> *inchado, refém de clientelistas. Para agir de maneira eficaz é urgente superar falsas premissas sobre políticas monetária e fiscal e rever a proibição de o Banco Central emitir moeda para financiar o Tesouro.*[7]

A resposta imediata dos que se abraçam ao Titanic neoliberal foi "isso gerará inflação". O Estado brasileiro, contudo, precisa de recurso e o contrapeso da inflação está na ociosidade brutal das empresas.

O auxílio emergencial de 600 reais beneficiou 50 milhões de pessoas, gerando um montante de 30 bilhões de reais de investimento público. Se multiplicamos isso 3x, até junho o governo brasileiro terá gastado 90 bilhões de reais. O PIB brasileiro é de 7,3 trilhões de reais, portanto, uma medida tímida diante de outros governos no mundo como Alemanha ou EUA, apresentado mais adiante.

Ainda faltam medidas estruturais como transferência do governo federal para Estados e Municípios e o socorro as pequenas e médias empresas.

A taxação de grandes fortunas e a realocação do Fundo Eleitoral podem fornecer um dinheiro valioso para financiar as medidas contra a Covid-19.

Paulo Paim, senador gaúcho pelo PT é o autor do projeto mais antigo do Congresso Nacional sobre a criação de um imposto destinado às grandes fortunas. A sua proposta - que cria a taxa de 1% sobre o ganho de milionários e bilionários - renderia R$ 50 bilhões de reais por ano aos cofres da União.

Quanto aos R$ 2 bilhões de reais do Fundo Eleitoral, Paim pensa que "é possível chegar a um acordo" sobre a transferência desse valor para o combate à pandemia - ao que tudo indica, as eleições marcadas para outubro devem ser adiadas.

Por fim, nesta contextualização geral, é importante salientar que a pandemia aumentou drasticamente a demanda da população por serviços essenciais, que chegaram ao limite da falta de estrutura e de pessoal. Para especialistas, como

[7] https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/05/crise-exige-superar-equivocos-sobre-emissao-de-moeda-e-divida-publica-diz-andre-lara.shtml

Nelson Marconi[8], coordenador do Centro de Estudos do Novo Desenvolvimentismo da Fundação Getúlio Vargas, até agora, a discussão da reforma administrativa - que ainda a não tem um formato definitivo - esteve muito focada sobre redução de pessoal e de custos, mas os efeitos da pandemia mostram que o debate deveria ser ampliado, afirma. Entre outras consequências, a disseminação do coronavírus terá repercussões econômicas e sanitárias que vão bater na oferta e na busca por serviços públicos diante do grande número de pacientes com prováveis sequelas e de trabalhadores que perderão renda por um período prolongado. "A demanda por saúde, segurança e assistência social será muito afetada. Os governos têm que começar a levar isso em consideração", afirma o economista.

Neste momento de maio[9] a maior metrópole do Brasil, São Paulo, corre para irreversibilidade do "lockdown" (isolamento total) dado que as projeções de contágio aumentaram muito, pois o nível de isolamento vem caindo desde o início de abril e, entre "5 e 9 de maio, não ultrapassou 50%, o que provocará o aumento da taxa de contágio", afirma o matemático Renato Pedrosa, professor do Instituto de Geociências da Unicamp e coordenador do Programa Especial Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação da Fapesp.[10]

CONSUMO

O que o Fundo Monetário Internacional (FMI) chamou de Grande Lockdown[11] colocou 2,7 bilhões de pessoas no desemprego ou na informalidade, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT)[12], deixando essas pessoas à beira da fome e da miséria. A carestia já se faz notar em muitas regiões do mundo. Os movimentos populares estão fazendo o que podem para organizar modelos

[8] https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/05/20/pandemia-e-chance-para-repensar-papel-do-estado-dizem-especialistas.ghtml
[9] Este artigo foi produzido entre 19 a 22 de maio de 2020
[10] https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/05/lockdown-sera-inevitavel-em-sp-se-isolamento-nao-subir-nas-proximas-semanas-indica-estudo.shtml
[11] https://blogs.imf.org/2020/04/14/the-great-lockdown-worst-economic-downturn-since-the-great-depression/
[12] https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS_741905/lang--en/index.htm

horizontais de solidariedade a partir de suas bases, mas os incidentes vinculados a questões alimentares já são uma realidade na Índia, África do Sul, Honduras.

No Brasil o nível dos preços teve robusto aumento, sobretudo o setor de alimentos e bebidas (1,79%), em especial o crescimento da cesta básica: 16 - das 17 capitais do país analisadas pelo DIEESE - registraram aumento.

Com os consumidores obrigados a ficar em casa, a demanda por novas roupas evaporou-se. Embora alguns varejistas ainda estejam operando na internet, o fluxo de receita para muitas das maiores empresas do mundo no setor secou. Salários e aluguéis passaram a queimar o caixa e os estoques a se acumular nos depósitos. A consultoria McKinsey estima que mais de 30% dos participantes do setor mundial de moda, incluindo lojas de departamento e marcas, não sobreviverão à crise. O impacto é sentido em todas as cadeias de fornecimento do setor, de US$ 2,5 trilhões, atingindo segmentos cujas empresas e funcionários nem sempre têm condições de ter acesso aos auxílios emergenciais oferecidos pelos governos.

O sombrio panorama econômico deixado pelo coronavírus nos Estados Unidos piorou, com a divulgação de um relatório do governo apontando 4,4 milhões de novos pedidos de seguro-desemprego. Com isso, sobe para 26 milhões o número de pessoas em busca de trabalho em cinco semanas. Para responder à crise, os legisladores da Câmara dos Representantes aprovaram um pacote de ajuda de US$ 480 bilhões que se soma ao colossal plano de US$ 2,2 trilhões aprovados no final de março. Os pedidos de seguro-desemprego nesta semana foram inferiores aos da semana anterior, quando 5,2 milhões de pessoas solicitaram auxílio desemprego pela primeira vez, segundo dados revisados

A lei também prevê mais de US$ 75 bilhões para hospitais e US$ 25 bilhões para expandir os testes de coronavírus.

A FINANCEIRIZAÇÃO: ALTERNATIVAS DAS ELITES

Motivo de implantação da doutrina do neoliberalismo nos últimos 40 anos, a financeirização mostra nesse período a real face de suas práticas. A irresponsabilidade das elites foi tamanha nesse cenário de pandemia, ao se destacar que Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e Banco do Brasil (BB) encerraram o primeiro trimestre com um total de depósitos à vista e a prazo de R$ 1,844 trilhão, o que significa crescimento de 10,9% em três meses. Foi, de longe, o maior salto observado na série histórica iniciada em março de 2014 (maior intervalo para o qual há dados comparáveis). Também foi a maior alta desde o terceiro trimestre de 2018, quando o volume cresceu 5%, mostra levantamento feito pelo Valor Econômico com dados dos balanços.[13]

Os bancos têm discutido com as autoridades reguladoras a possibilidade de refinanciar parcelas do crédito imobiliário que o cliente já pagou. Isso seria uma forma de ampliar a oferta de crédito para clientes adimplentes, a juros baixos - já que o financiamento imobiliário tem as melhores taxas - e é bom para o banco, pois essa linha tem a garantia do imóvel. Segundo, Candido Bracher, presidente do Itaú Unibanco, essa discussão está avançada.

OPINIÃO DESTA CONSULTORIA

A construção de políticas econômicas deve visar a travessia desse momento trágico, dado o cenário de mortes e aumento da fome e miséria, adotando-se, como foco:

1) Políticas de Emprego incluindo políticas de saneamento básico, cultura, atendimento a idosos, serviços ligados ao bem viver. O Estado deverá se tornar um empregador de primeira instância;

2) Construir mecanismos de proteção social para o trabalhador informal e para o trabalhador desempregado que não serão absorvidos pela renda emergencial;

[13] https://valor.globo.com/financas/noticia/2020/05/19/risco-em-alta-faz-disparar-busca-por-depositos-bancarios.ghtml

3) Um desemprego muito alto terá um impacto muito alto lá na frente. É necessária uma contrarreforma da previdência;

> 3.1) Lidar com o fenômeno da uberização do mundo do trabalho; trabalhadores no pós-crise trabalhando cada vez mais nessas plataformas; o empreendedor de si mesmo – formas de mitigar a vulnerabilidade de milhares que não possuirão relação trabalhista com o aplicativo, com a quem presta serviço e com aquele que entrega o serviço.

III. ANÁLISE CONJUNTURA MOVIMENTOS SOCIAIS

Com a devastação imposta na economia e o colapso na saúde pública, o governo Bolsonaro pouco fez para enfrentar tal situação de calamidade.

Pensando no aumento de casos de infectados e mortes e num cenário devastador econômico, as Frentes Progressistas criaram uma agenda de mobilização e um calendário de ações no dia 12 de maio para combater o governo Bolsonaro. O movimento e as centrais sindicais, no 1º de Maio de 2020, tiveram o tema da solidariedade como lema e trabalharam três eixos fundamentais: "Saúde, Emprego e Renda" e a construção de uma frente ampla do campo democrático e progressista. Também atuando de forma bastante incisiva está a Articulação Nacional de Redes e Entidades da Sociedade Civil pelo combate à crise do coronavírus nas periferias e grupos vulneráveis

CAMPANHA FORA BOLSONARO:

A campanha nacional Fora Bolsonaro cresce a cada dia e unifica o campo progressista brasileiro (partidos e movimentos sociais). A classe média e as periferias aumentam o coro dessa orquestra com uma melodia simples e uniforme. O objetivo é mostrar claramente uma saída da crise sanitária e econômica imposta pelo governo Bolsonaro. A campanha visa incentivar a luta em torno de bandeiras, tais como: Adia ENEM, Fila única no SUS, Ampliação do auxílio-emergencial e um calendário de ações:

14 de Maio – Dia Nacional de Mobilização da Campanha "Taxar Fortunas, Salvar Vidas".

15 de Maio – Um ano do Tsunami da Educação

17 de Maio – Ato Virtual contra LGBTfobia

20 de Maio – Entrega do pedido do Impeachment

30 de Maio – Festival Fora Bolsonaro

O 1º DE MAIO DE 2020

1º de Maio composta por uma frente ampla envolvendo todo campo progressista ou de centro-esquerda brasileiro

O 1º de Maio reuniu lideranças políticas do campo progressista por meio de uma transmissão virtual, em um evento do Dia do Trabalhador marcado pela oposição ao governo de Jair Bolsonaro. O evento reuniu lideranças de nove centrais sindicais e promoveu o encontro até mesmo de lideranças políticas antagônicas, como os ex-presidentes Lula (PT) e Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Apesar de virtual, é a primeira vez desde a disputa eleitoral de 1989 que os ex-presidentes dividem o mesmo palanque[14]. Buscando unidade na luta e na defesa da democracia e ao estado de direito.

O "1º de Maio de 2020 Solidário: Saúde, Emprego e Renda", organizado por várias centrais sindicais (CUT, CTB, Força Sindical, CGTB, CSB, Intersindical, UGT, Nova Central e Pública), durou 4 horas e, além de artistas e músicas, a programação teve fala de sindicalistas, de religiosos, dos representantes dos movimentos sociais e de políticos. Vale salientar que o evento foi todo virtual (Live). Dessa vez, as ruas ficaram vazias.

[14] https://www.cut.org.br/

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE REDES E ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL PELO COMBATE À CRISE DO CORONAVÍRUS NAS PERIFERIAS E GRUPOS VULNERÁVEIS

Diante de demandas concretas, um grupo de entidades da sociedade civil elaborou um documento político com diretrizes concretas para o enfrentamento da pandemia no curto e no médio prazo, com uma completa mudança na política econômica e social.

As propostas apresentadas são voltadas prioritariamente para os habitantes dos territórios populares, nas periferias, nos assentamentos informais, nas ocupações, para a população em situação de rua, e outros grupos sociais vulneráveis. As medidas estão divididas em 13 frentes, que incluem:

1) Elaboração de Planos Emergenciais pelos Governos da União, do Distrito Federal, dos Estados e Municípios;
2) Garantia ao Acesso de Equipamentos e Serviços de Higiene e Alimentação;
3) Garantia do Acesso aos Serviços Básicos e Promoção da Universalização do Saneamento Básico;
4) Auxílio Financeiro às Famílias de Baixa Renda;
5) Fortalecimento das Ações Comunitárias e dos Espaços de Participação Social;
6) Campanhas de Informação e Comunicação;
7) Promoção da Mobilidade em Tempos de Quarentena e Restrição à Circulação;
8) Direito Universal à Saúde Pública de Qualidade;
9) Segurança de Posse e Direito à Moradia;
10) Solidariedade à População em Situação de Rua e Adoção do Programa Quarto de Quarentena;
11) Fim da Política de Militarização dos Territórios Populares;
12) Política de Prevenção do Covid-19 nas Prisões;
13) Por uma Nova Política Econômica Justa, Democrática e Sustentável.

IV. ANÁLISE DA CONJUNTURA ESTADO E SERVIÇO PÚBLICO

Em pouco mais de dois meses do início da pandemia no Brasil, o país saltou para o 5º lugar em número de vítimas, ao registrar mais de mil mortes em 24 horas, no dia 19 de maio, e ao 3º lugar em número de infectados, ultrapassando o Reino Unido. Acompanhamento a curva epidemiológica no último mês, período de 25/04 a 25/05, os casos confirmados acumulados passaram de 58.983 para 374.898, o que representa um aumento exponencial de seis vezes. O país já tem mais de 23 mil óbitos confirmados[15] e assumiu o 2º lugar em número de infectados neste dia 26 de maio.

Para se ter uma noção da gravidade de acordo com projeção do Instituto de Métricas e Avaliação em Saúde (IHME)[16], da Universidade de Washington, uma previsão otimista estima que no Brasil haverá mais de 68 mil mortos até 4 de agosto e numa projeção média o número chega à 125 mil, o que corresponde a um estádio e meio do Maracanã lotado. O cenário mais negativo indica mais de 200 mil mortos.

Estas projeções mostram que os serviços e atividades que aglomeram pessoas (escolas, shoppings, metrôs, comércios de rua, academias, entre outros) não poderiam voltar ao funcionamento "normal" neste cenário de crescimento da curva de contaminados e vítimas.

[15] De acordo com boletim diário do Ministério da Saúde no Painel Coronavírus, em 26 de maio de 2020 a pandemia do Covid-19 já fez 23.473 vítimas. Acesso em 26 de maio de 2020. Disponível em: https://covid.saude.gov.br/

[16] Nova projeção aponta mais de 200 mil mortes por Covid-19 no Brasil até agosto. Acesso em 26 de maio de 2020. https://www.otempo.com.br/coronavirus/nova-projecao-aponta-mais-de-200-mil-mortes-por-covid-19-no-brasil-ate-agosto-1.2341925

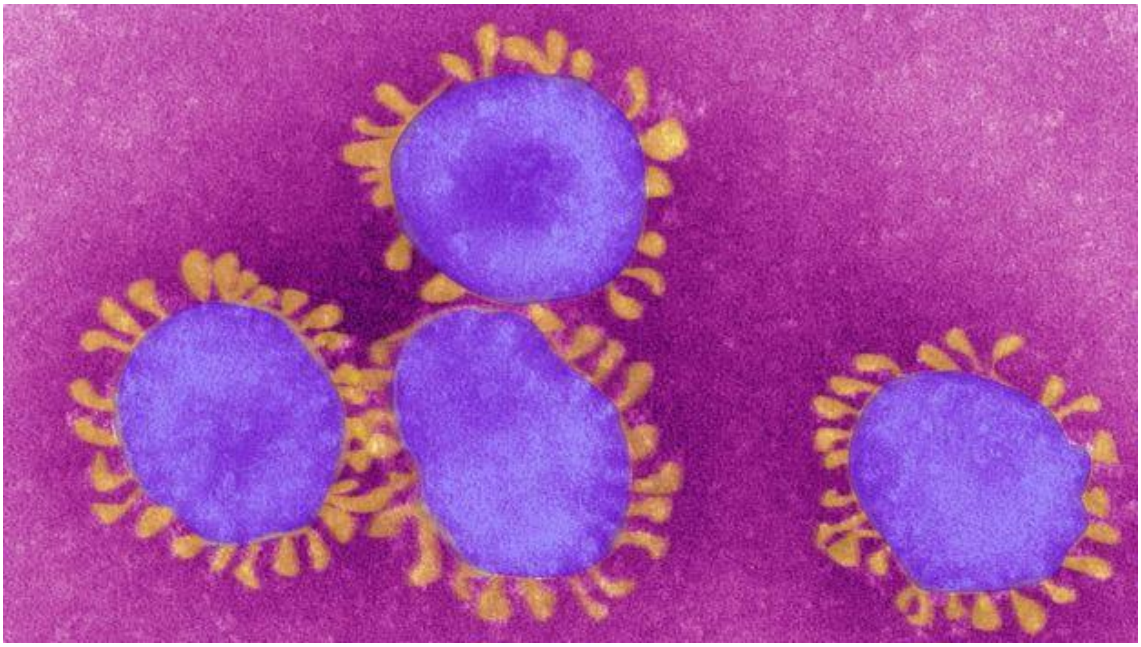


Figura 1 - Fonte: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52732620

O maior desafio ao enfrentamento da pandemia no contexto brasileiro é o fato de que a grande maioria da população é de vulneráveis. A pandemia avança nas periferias e no interior do país. Esta crise sanitária tem atingido fortemente as periferias: populações que vivem em moradias precárias, com pouco espaço e aglomeradas não encontram condições de manter isolamento social, especialmente, em situação de casos de contaminados dentro da família ou grupo de convivência que exijam este distanciamento físico[17].

Vejamos alguns aspectos da pauta emergencial e seu impacto sobre os serviços públicos:

SEGURANÇA ALIMENTAR

Não apenas de queda de renda para assegurar acesso a alimentação, mas das populações que estão passando fome. As articulações das redes de solidariedade têm mostrado ações de movimentos populares e coletivos mobilizando

[17] Coronavírus: periferia não pode esperar a vontade do Estado. Negros serão mais impactados. Disponível em: https://www.hypeness.com.br/2020/04/coronavirus-a-periferia-nao-pode-esperar-a-vontade-do-estado-negros-serao-mais-impactados/

campanhas de doação de alimentos às populações vulneráveis. O MST já doou mais de 600 toneladas de alimentos em ações envolvendo diversas regiões do país. No âmbito do poder público, alguns estados têm realizado ações no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), buscando fortalecer a agricultura familiar e atender as populações carentes. Recursos de R$ 500 milhões destinados pela MP 957/2020 tem subsidiado a abertura de editais para apoio à comercialização da produção da agricultura familiar pelo PAA. No Piauí[18], por exemplo, estima-se a aquisição de 2 milhões de quilos de alimentos produzidos por agricultores familiares, de cerca de 89 entidades, para posterior doação a cerca de 240 mil pessoas em situação de insegurança alimentar.

SATURAÇÃO DE LEITOS DO SUS

Os leitos privados tem 55% de ocupação enquanto em algumas cidades esta ocupação dos leitos do SUS já atingiu mais de 90%. As filas por espera de vagas nos leitos públicos aumentam e mostram a disputa na garantia do direito à saúde. A saturação no campo da saúde se estende desde os leitos de UTI até os profissionais entre afastamento, mortes e escassez.

Neste contexto, a necessidade de estabelecimento de uma fila única para acesso aos leitos de UTI públicos e privados para atendimento aos pacientes com Covid-19 ganhou maior visibilidade[19]. De acordo com a Associação de Medicina Intensiva Brasileira (Amib), há 1,4 leito de UTI para cada 10 mil habitantes no SUS, e no setor privado a disponibilidade é de 4,9 leitos a cada 10 mil segurados.

A Lei Orgânica da Saúde[20], que regula o SUS, assim como o decreto do Senado que aprovou a lei de calamidade pública, Lei n° 13.979/2020, autorizam

[18] Programa de Aquisição de Alimentos terá reforço de R$ 7 milhões no Piauí. Acesso em 20 de maio de 2020. Disponível em: https://sba1.com/noticias/noticia/8800/Programa-de-Aquisicao-de-Alimentos-tera-reforco-de-R-7-milhoes-no-Piaui

[19] Usar leitos da rede privada é saída incontornável para o SUS, defendem especialistas. Acesso em 20 de maio de 2020. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/05/14/usar-leitos-da-rede-privada-e-saida-incontornavel-para-o-sus-defendem-especialistas

[20] LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990. Acesso em 20 de maio de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm

requisições de leitos privados em situações de "necessidades coletivas, urgentes e transitórias, decorrentes de situações de perigo iminente, de calamidade pública ou de irrupção de epidemias" e pagamento de posterior indenização ao setor privado.

Maranhão, Ceará e São Paulo são estados que já adotaram medidas para requisição de leitos privados de UTI. Destaque neste assunto ficou por conta do governo do Tocantins que na última sexta-feira, 15 de maio, confiscou 70% dos leitos de UTI de oito hospitais particulares localizados na capital Palmas e nas duas maiores cidades do estado, Araguaína e Gurupi. A medida foi tomada, de acordo com o governador, após empresas particulares transportarem 17 pacientes em taxi aéreo, vindos do Pará para Palmas, para internação em UTI's[21].

Os estados mais afetados correm contra o tempo buscando implementar medidas para reforçar a rede pública de saúde. Em São Paulo, estima-se que a rede entre em colapso dentro de três semanas. A taxa de ocupação de leitos no estado já passa de 70% e na capital paulista a taxa de ocupação é de 91%[22]. Como medida emergencial o governo estadual lançou edital de chamada pública para contratar 4,5 mil leitos da rede privada, sendo 1,5 mil apenas de unidades de terapia intensiva (UTI)[23].

No interior da Bahia, a taxa de ocupação dos leitos destinados à Covid-19 de alguns municípios já se aproxima de 100%. Do total de 527 leitos de UTI ativos para tratamento da Covid-19 na rede SUS, 42 estão ocupados, representando cerca de 64% da ocupação. Na capital, Salvador, a previsão é que até final desta

[21] Tocantins confisca leitos de UTI's privados: Acesso em 20 de maio de 2020. Disponível em: https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,tocantins-confisca-leitos-de-utis-privados-nas-tres-maiores-cidades-do-estado,70003307907

[22]Taxa de ocupação de UTIs na capital paulista passa dos 90%. Acesso em 20 de maio de 2020.
Disponível em: https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2020/05/taxa-de-ocupacao-de-utis-na-capital-paulista-passa-dos-90.shtml

[23] Covid-19: governo de São Paulo quer contratar 4,5 mil leitos privados. Acesso em 20 de maio de 2020. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-05/covid-19-governo-de-sao-paulo-quer-contratar-45-mil-leitos-privados

semana os leitos disponíveis do SUS estejam 100% ocupados: somando os leitos da rede pública e privada há 223 leitos de UTI ocupados do total de 263[24].

Em 06 de maio de 2020 o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), lançou um documento[25] com orientações visando a garantia do cuidado no atendimento à saúde tanto para as situações impostas pela pandemia quanto àquelas já existentes. O documento aponta que 81% das pessoas acometidas pelo Covid-19 poderiam ser manejadas na Atenção Primária à Saúde (APS), 14% na internação hospitalar e 5% nos leitos UTI.

Neste sentido o instrumento propõe estratégias para fortalecimento da Atenção Primária à Saúde (APS) pela integração das redes. APS atuar como ordenadora do cuidado, integrando o atendimento às populações desde seus domicílios até o leito hospitalar, integrando as atenções Primária, Especializada, Hospitalar e Materna; e no monitoramento dos usuários do SUS.

Estado, especialmente a nível de governo federal, não está mobilizado para enfrentamento destas desigualdades. O SUS continua sendo a fronte no enfrentamento da pandemia, até mesmo, frente às próprias proposições do governo federal que continua defendendo o isolamento vertical.

---

[24] Jequié registra 100% de ocupação dos leitos de UTI para Covid-19; Salvador pode ter colapso no sistema de saúde nesta semana. Acesso em 20 de maio de 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/05/19/jequie-registra-100percent-de-ocupacao-dos-leitos-de-uti-para-covid-19-salvador-pode-ter-colapso-no-sistema-de-saude-nesta-semana.ghtml

[25] Guia orienta estados e municípios para o enfrentamento da pandemia de covid-19 na rede de atenção à saúde. Disponível em:

https://unidadenadiversidade.com.br/guia-orienta-estados-e-municipios-para-o-enfrentamento-da-pandemia-de-covid-19-na-rede-de-atencao-a-saude/

http://www.conass.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Instrumento-Orientador-Conass-Conasems.pdf

EDUCAÇÃO DA DESIGUALDADE: EAD E ENEM

Frente a uma pandemia que tem acirrado as desigualdades sociais no Brasil, a pressão popular pelo adiamento do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem obtive vitória. O Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) anunciaram o adiamento das provas do Enem nesta quarta-feira, de 20 de maio[26]. O anúncio ocorreu um dia após o Senado aprovar o projeto de lei que determinava o adiamento. As provas estavam previstas para serem realizadas presencialmente nos dias 1º e 8 de novembro e o teste virtual nos dias 22 e 29 do mesmo mês. O adiamento, de acordo com a nota do MEC e do INEP, é de 30 a 60 dias em relação ao que foi previsto nos editais.

O INEP informou ainda que fará consulta virtual aos estudantes inscritos para que estes opinem sobre as datas para novo cronograma de provas.

Apesar das pressões de estudantes, professores e especialistas da área educacional, o governo federal resistiu por quase 2 meses em adiar o exame. A Defensoria Pública da União (DPU), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes) chegaram a entrar com ações na Justiça pedindo o adiamento da prova.

No início do mês maio, o MEC divulgou a campanha "A vida não pode parar" informando que o Enem 2020 não seria adiado e incentivando os estudantes a fazerem as inscrições e estudarem "de qualquer lugar, de diferentes formas, pelos livros, pela internet, com a ajuda a distância dos professores"[27]. Todavia, o discurso do governo federal não levou em conta as condições de desigualdades que enfrentam os estudantes em todo o país neste contexto da pandemia: escolas fechados, precário acesso à internet, falta de materiais didáticos, sem contar os

[26] Ministério da Educação adia o Enem 2020. Acesso em 20 de maio de 2020. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-05/ministerio-da-educacao-adia-o-enem-2020

[27] O Brasil não pode parar! Inscrições de 11 a 22 de maio. Acesso em 20 de maio de 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=apufjiGlIYo

efeitos diretos da pandemia sobre as vidas (perda de familiares, de renda e de alimentação).

De acordo com dados do IBGE[28], referentes à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Tecnologia da Informação e Comunicação (Pnad Contínua TIC), do último trimestre de 2018, cerca de 46 milhões de brasileiros não têm, acesso à internet. Nas áreas rurais o índice de pessoas sem acesso é de 53,5% e nas áreas urbanas é 20,6%. A forma de acesso a internet também é desigual: a principal fonte de acesso se dá pelo celular, representando 99,2% dos domicílios com serviço.

O microcomputador é utilizado 48,1% destas residências. Entre a população cuja renda familiar é inferior a 1 salário mínimo, 78% das pessoas com acesso à internet usam exclusivamente o celular. Somados às condições de acesso, há ainda a qualidade do acesso, levando-se em conta o tipo de equipamento, qualidade do sinal, local de acesso.

A defesa de que é possível estudar em qualquer lugar parece não encontrar correspondência com a realidade brasileira.

- No Paraná, a rede pública de ensino estadual paranaense conta aproximadamente 1 milhão de estudantes, porém somente 402 mil se cadastraram e acessaram o Google Classroom – a principal ferramenta utilizada pelo governo estadual no sistema de ensino a distância (EaD) que foi implantado em razão da suspensão das aulas presenciais (que ocorreram em 20 de março). Os dados revelam que 6 em cada 10 estudantes estão excluídos do acesso à educação neste período.
- Além da precariedade de acesso dos estudantes, os profissionais da educação também enfrentam problemas: falta de preparo para ministrar aula à distância; falta de equipamentos tecnológicos para uso dos

[28] PNAD Contínua TIC 2018: Internet chega a 79,1% dos domicílios do país. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27515-pnad-continua-tic-2018-internet-chega-a-79-1-dos-domicilios-do-pais

docentes que acabam utilizando os equipamentos pessoais e ficando disponíveis praticamente 24 horas para atendimento de dúvidas e orientações.

- Se considerar as necessidades de formação dos profissionais da educação somente no contexto do Atendimento Educacional Especializado estamos falando de mais de 1 milhão de alunos com necessidades específicas para serem atendidos. De acordo com dados do Ministério da Educação de 201829, em 67,9% das matrículas na Educação Especial são de alunos com Deficiência Intelectual. Dentre os docentes da educação básica que atuam no atendimento educacional especializado, em 2018, apenas 42,9% têm alguma formação continuada em Educação Especial.
- Baixa escolaridade dos pais ou analfabetismo impõe barreira no acompanhamento dos estudos a distância dos estudantes. De acordo com dados do IBGE, 69% dos jovens cujos pais terminaram o ensino superior também concluíram a graduação. Porém, a probabilidade de alguém que não frequentou a escola ter um filho com diploma universitário é de apenas 4,6%. A taxa de analfabetismo no país é de 6,8% entre pessoas acima de 15 anos, o que corresponde a 11,3 milhões de analfabetos[30]. Ainda segundo pesquisa da ONG Ação Educativa, o Índice Nacional de Analfabetismo Funcional (Inaf), feita em parceria com o Ibope, apontou que em 2018 cerca de 30% dos brasileiros entre 15 e 64 anos são analfabetos funcionais[31].

---

[29] Diretoria de Educação Especial. Acesso em 26 de maio de 2020. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cpd/audiencias-publicas/audiencias-publicas-2019/apresentacao-nidia-regina-mec

[30] *PNAD contínua. Educação 2018. Disponível em:* https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=24772&t=resultados e https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101657_informativo.pdf

[31] INAF BRASIL 2018. Disponível em: https://especiais.gazetadopovo.com.br/wp-content/uploads/sites/19/2019/03/24082711/Inaf2018_Relato%CC%81rio-Resultados-Preliminares_v08Ago2018.pdf